

# Regimento limita ação da imprensa

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

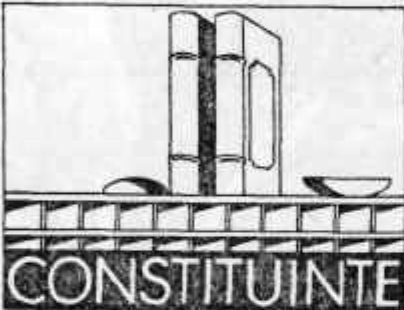
Caso não seja modificado o Artigo 18 do projeto de resolução que estabelece normas preliminares para o funcionamento da Constituinte, os jornalistas não poderão circular pelo plenário durante os trabalhos da Assembleia. A restrição praticamente se repete no anteprojeto de regimento, atribuindo poderes à Mesa para decidir sobre a questão. As normas serão observadas até o dia 24, quando será votado o regimento.

Ontem, o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) apresentou emenda ao Artigo 18 das normas preliminares, dispondo que os jornalistas credenciados poderão circular livremente pelo plenário da Câmara, como permite o seu atual regimento e é da tradição da Casa. A iniciativa do parlamentar atende a reivindicações da imprensa, que recela o cerceamento do seu trabalho, além de garantir melhor divulgação para as atividades da Constituinte.

A emenda tem apoio do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e dos líderes do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, e do PT, Luís Inácio da Silva. O Artigo 18 estabelece que apenas funcionários e parlamentares poderão ingressar no plenário, o que causou grande reação entre os jornalistas e protestos veementes do líder Brandão Monteiro

durante a sessão destinada à eleição do presidente da Constituinte.

O anteprojeto de regimento dispõe que haverá locais reservados para a imprensa durante os trabalhos, e que o exercício da profissão será facilitado de acordo com as condições do local e com as necessidades dos serviços da Assembleia. Na prática, isso significa que a imprensa não poderá andar livremente pelo plenário, como sempre fez, e que sua circulação ficará a critério da Mesa, que poderá ou não restringi-la a determinados locais.



## Sem garantia

O fato de a emenda Hélio Duque ser aprovada não representa nenhuma garantia de que será reproduzida no regimento definitivo, segundo explicou o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e que, segundo alguns parlamentares, é dos líderes

que oferece a maior resistência ao trânsito livre dos jornalistas.

O deputado Pimenta da Veiga não admite abertamente essa posição, explicando, no entanto, ser necessário haver impedimento no regimento à circulação da imprensa entre as filas de cadeiras, em frente e por detrás da Mesa, como costumam fazer fotógrafos e cinegrafistas.

O terceiro secretário da Mesa da Câmara, deputado Heráclito Fortes (PI), explicou haver estudos no sentido da criação de condições materiais para que as equipes de televisão possam filmar das galerias, para evitar o "tumulto" causado pelos equipamentos no plenário. Conforme o parlamentar, o deputado Ulysses Guimarães admite essa ideia, que é também aprovada pelo deputado Pimenta da Veiga, entre as cadeiras e a Mesa do plenário.

Se a emenda Hélio Duque, que reproduz dispositivo constante no regimento da Câmara, for aprovada, os jornalistas circularão livremente apenas até o dia 24, quando será votado o regimento. Depois será travada uma luta para assegurar o livre acesso dos jornalistas aos constituintes. Caso contrário, eles ficarão confinados na bancada da imprensa, um andar acima do plenário, atrás de uma parede de vidro fumê e sem poder conversar com os deputados e senadores enquanto eles se encontrarem no plenário.



A Constituinte de Ulysses e Arinos quer restringir a cobertura da imprensa em plenário

## Boletins no rádio serão curtos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Deverão ser de 15 minutos cada uma — e não mais de meia hora — as duas inserções diárias (pela manhã e à tarde), no rádio e na televisão, de informações sobre a Assembleia Nacional Constituinte, e de mais uma hora, entre 23h30 e 0h30, exigidos pelos partidos políticos para a divulgação de suas atividades, a partir da aprovação do regimento interno da Constituinte.

Afirmando desconhecer pressões contrárias à cessão de horário gratuito no rádio e na televisão, bem como espaço diário nos jornais para a publicação de uma resenha sobre a Constituinte, os líderes partidários resolveram diminuir o tempo durante o dia, mantendo uma hora à noite, quando a disponibilidade de espaço é maior.

Esta é a única modificação no último anteprojeto de regimento interno no tocante à propaganda da Constituinte, já que mantém outras

sugestões contidas no primeiro esboço.

Nas emissoras educativas ou pertencentes aos governos estaduais, o tempo será cedido em dobro (três horas). O anteprojeto do regimento interno prevê que caberá à Mesa da Constituinte selecionar os órgãos de imprensa, sendo de competência das lideranças a fiscalização das atividades do serviço de divulgação "para que sejam objetivas e descritivas as notícias, tendo em vista a alta significação da Assembleia Nacional Constituinte."

## Grupo articula oposição a radicais

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Deputados do PMDB do PDT, do PCB, do PT e do PC do B fazem as primeiras articulações para o surgimento de um grupo suprapartidário na Assembleia Nacional Constituinte em condições de se contrapor aos conservadores e, consequentemente, avançar nos campos social e econômico, enquanto o líder do PFL, deputado José Lourenço, prega a formação de um bloco moderado, também suprapartidário, para cumprir papel semelhante ao do outro, embora contrário ao sonho esquerdista. São duas ideias que podem ou não ganhar força e organicidade na assembleia e, como ainda não se tornaram realidade, também não têm paternidade. Para políticos experientes esses grupos são esperados e de alguma forma fazem parte dos primeiros momentos constituintes, embora não tenham futuro garantido. Para outros, no entanto, os grupos existirão informalmente e, findo o trabalho constituinte, poderão alterar o quadro partidário de forma quase natural.

A Assembleia Nacional Constituinte ainda não mergulhou no trabalho para o qual foi convocada: a elaboração de uma nova Carta Constitucional. Mas já estão esboçadas tendências de comportamento que serão traduzidas em seus dispositivos. Em princípio, a perspectiva é de batalhas entre grupos e partidos mais à direita e mais à esquerda, o que justifica a articulação para a formação de blocos, ainda sem organicidade. Contudo, pelas proporções numéricas, as vozes mais radicais poderão ter reflexos meramente retóricos e inconsequentes.

Pelo perfil dos 559 constituintes eleitos, seria fácil afirmar que a futura Constituição adotará um modelo liberal, sem forte conteúdo social, pois a maioria está do centro para a direita. Mas, como está sendo esperada uma participação maior da sociedade, alguns movimentos fatalmente terão força e poderão conduzir a posições mais progressistas.

Um fato original que cerca a Assembleia, por exemplo, é a organização de lobbies nacionalistas, que vão desde a defesa da integridade do Banco do Brasil, pela disposição do governo de alterar sua competência, até a das estatais, que defendem a manutenção do controle do Estado sobre suas empresas e até mesmo a ampliação do setor, o lobby da grande em presa, nacional e multinacional, dos setores agrícola e dos bancos já era uma realidade no Congresso e agora está apenas mais atento e organizado.

Por enquanto a Assembleia ainda não tem líderes, exceto seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, que ainda, não explicitou se manterá uma posição de magistrado, em consonância com o cargo, ou se também cumprirá sua função constituinte. Mas não há dúvida de que exercerá sua liderança e, provavelmente, em alguns momentos ficará dividido entre o programa do partido que preside, o PMDB, e as pretensões de um grande aliado hoje, o presidente José Sarney.

O partido majoritário da Assembleia, o PMDB, ainda não tem um novo líder na Câmara porque a bancada é a mais dividida. Assim, qualquer que seja o eleito terá dificuldades e, com certeza, não fará do partido um órgão unido. No Senado, como

sempre ocorre, as coisas acontecem com mais tranquilidade e o líder Fernando Henrique Cardoso pisou na Assembleia com um discurso conciliador e de linha moderada. Bem diferente do tom que usou nos palanques da campanha do ano passado.

A bancada do PFL na Câmara confirmou a permanência do deputado José Lourenço na liderança. Oriundo do PDS e conhecido por suas posições conservadoras, embora não seja um espelho fiel da bancada de 118 deputados tem com ela grande afinidade, o que leva a crer num comportamento bem coeso dos liberais na Assembleia. Exceções existem, como sempre, e podem ser esperadas, por exemplo, da parte de deputados como Maria de Lourdes Abadia (DF), Raquel Cândido (RO), Thomaz Nonô (AL), e Alcení Guerra (PR).

No PDS estão os constituintes mais à direita, a começar pelo líder na Câmara, deputado Amaral Neto. No Senado, o líder e presidente do partido, Jarbas Passarinho, defende uma posição reformista, que chega a incluir a reforma agrária, desde que restrita aos latifúndios improdutivos. O PFL e o PDC, pequenos e pouco influentes, ficam entre as duas linhas pedessistas. Já o PTB, sem definição ideológica, tende a seguir as regras do jogo dominante na Assembleia, isto é, da cúpula do PMDB.

Com os partidos de esquerda, a situação é bem mais clara. O PT, o PCB e o PC do B deverão agir como sempre: o primeiro ouvirá suas bases; os outros dois, os seus comandos. E as bancadas, sem maior poder de fogo numérico, atuarão em coro, sem dissidências.

Alterações no quadro partidário são esperados até o final dos trabalhos constituintes, e talvez já tenham seus embriões nas articulações em torno de blocos suprapartidários. O líder do PFL, José Lourenço, fala do bloco moderado, enquanto vários deputados de diferentes partidos, mas de tendência esquerdista, defendem um outro, até agora sem proposta de nome.

Para a formação do bloco esquerdista, o PT salu na frente, pois a bancada na Câmara resolveu que seus 16 deputados devem sair buscando contatos na assembleia com vistas a uma atuação igual. No PDT, o deputado Lysâneas Maciel (RJ) garante que conta com 37 parlamentares que formarão o núcleo básico desse grupo, todos com convicção ideológica firme.

No PCB, o deputado Augusto Carvalho entende que as alianças constituirão o grande desafio da esquerda na Constituinte e poderão ser ampliadas ou não ao sabor das discussões. O deputado brasileiro acredita que o bloco poderá abrigo em alguns momentos até pedessistas, desde que esteja em jogo, por exemplo, a soberania nacional, e lembra que a CUT e a CGT também terão vez na assembleia, através de seus representantes.

Esse bloco esquerdista fala em organicidade, o que parece impossível ao senador Mário Covas (PMDB-SP), para quem o grande cimento da assembleia serão os partidos. Covas admite blocos apenas na discussão e votação de questões mais delicadas, com o direito de greve e sua extensão e a escala móvel de salários. Mas acredita que o PMDB ficará unido no essencial — colocar seu programa na Carta Constitucional onde ele couber. "O partido cumprirá a história do seu papel, isto é, o seu programa,

e cumprirá também sua história de rua, o que pregou, o que pretende" — adianta Covas.

O senador admite mudanças no quadro partidário, mas entende que a tendência será o crescimento do PMDB e não o afastamento de seus integrantes. Assevera que os eleitos pelo PMDB têm um compromisso tão claro com a legenda que não deverão trabalhar em grupos. "Se isso fosse lógico, a tese da representação autônoma teria prevalecido na convocação da Constituinte. Ninguém chegou aqui avulso e a base de atuação será partidária."

Covas está convicto de que a Constituição de 87 ultrapassará a de 45, sob o argumento de que a sociedade exige algo além de mero liberalismo. Mas lembra que não há determinismo na direção progressista e, por isso mesmo, é preciso trabalho e atenção para que efetivamente isso venha a ocorrer.

O presidente e líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, considera fatal a formação de blocos na assembleia, congregando constituintes de partidos bem diferentes, com vistas a votações exatamente iguais. Para ele, isso acontecerá com toda a naturalidade.

Passada a Constituinte, e em decorrência das posições comuns, Passarinho entende que estará praticamente formado um partido de centro democrático, reunindo os autodenominados liberais do PFL e do PL, as forças do PDS com doutrina reformista, uma boa parte do PMDB e praticamente todo o PTB.

Na opinião de Passarinho, o grande debate na assembleia ficará entre radicais e reformistas. Os radicais, afirma o senador, vão querer a moratória unilateral, contra Lenin e Fidel Castro, aliás, enquanto os outros brigarão pelo reescalonamento da dívida e a redução das taxas de Spread. Na reforma agrária, os primeiros tentarão expropriar tudo, como primeiro passo para a coletivização, e os outros vão aceitar que apenas os latifúndios improdutivos sejam tocados.

Em alguns momentos, porém, Passarinho admite que moderados aceitem a nacionalização dos bancos apenas porque representam setores empresariais irritados com as altas dos juros e com os custos financeiros da produção.

De qualquer forma, o senador pelo Pará é de opinião que o comando da Constituinte, moderado, dará o tom aos trabalhos. Lembra que o deputado Ulysses Guimarães fazia um discurso ontem e hoje atua de maneira muito diferente, "num exemplo de praxis às avessas", apenas porque também acumulou a responsabilidade de participar das decisões governamentais, além dos cargos formais que ocupa. Na mesma linha de Ulysses, conforme o senador, estariam o líder peemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Pimenta da Veiga. Assim, afirma que o trio, merecedor de desconfiarças em passado recente, já conta, inclusive, com respaldo das áreas militares.

Com ironia, Passarinho observa, depois de lembrar a "votação francesa" de Ulysses, que o deputado de agora está muito mais próximo do ex-presidente Giscard d'Estaing, um conservador, do que de François Mitterrand, um socialista. E, por tudo isso, é possível que venha a ser "um companheiro de viagem" seu na Assembleia Nacional Constituinte.

## "Deixem meu avô em paz"

"Deixem meu avô descansar em paz", reagiu ontem o deputado mineiro Aécio Neves (PMDB), ao ser informado da iniciativa da liderança do PFL de formar na Constituinte um bloco moderado de centro, sob a denominação de Bloco Tancredo Neves. O líder José Lourenço, recebido na terça-feira à noite pelo presidente Sarney, não negou que tivesse abordado a questão no Palácio do Planalto. Depois, disse que "o presidente é um moderado, deve ter gostado da ideia. E justificou o nome do grupo que está sendo articulado: Tancredo Neves foi o símbolo da conciliação, da moderação; nada mais justo do que reverenciá-lo sua memória."

Lourenço acredita que o Bloco Tancredo Neves terá a maioria absoluta da Constituinte — pelo menos 300 parlamentares, na sua avaliação inicial. A afirmação de que será um grupo de centro-direita não o deixa constrangido. Sua tese é de que se há a centro-esquerda, nada mais natural surgir um segmento de centro-direita. O argumento do líder, no entanto, não foi bem aceito por alguns integrantes do próprio PFL. Para o deputado Inocêncio Oliveira (PE),

bloco de centro, tudo bem. De centro-direita, não. "Não podemos aceitar, por exemplo, Delfim Netto, Amaral Neto ou Bonifácio de Andrada. Fui dissidente do PDS por causa desse pessoal", afirmou o parlamentar, um dos mais ligados ao ministro Marco Maciel.

Para o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), o bloco moderado é consequência inevitável dos debates da Constituinte. "É preciso organizar as bancadas afins", disse. A mesma opinião têm o senador Jarbas Passarinho e o deputado konder Reis, ambos do PDS. Eles acrescentam apenas que cada caso é um caso: "Poderá até acontecer que nosso voto, em alguns assuntos, seja o mesmo do deputado Luís Inácio da Silva".

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, foi mais cauteloso, afirmando que o bloco moderado poderá diluir as lideranças partidárias. O primeiro sintoma disso já foi registrado: Ulysses Guimarães telefonou para José Lourenço para conversar sobre o assunto. Sua preocupação é a possibilidade do Bloco Tancredo Neves vir a implodir a Aliança Democrática na Constituinte.